CABNAVE
Estaleiros Navais de Cabo Verde, s.a.r.l.

Relatório do Conselho de Administração
(Exercício económico de 2007)

1. Generalidades

Toda a actividade da CABNAVE continua sendo condicionada por dois factores essenciais, a saber: o mercado e o nível dos custos fixos. O restrito mercado está afectado de factores de contracção como o efeito do continuado aumento dos preços dos combustíveis sobre a exploração dos navios. Tal situação conjugada com a estrutura de custos continua a ter um efeito negativo sobre os resultados de exploração.

A acumulação de resultados negativos ao longo dos anos, não deixa espaço de mobilização de meios que possam ajudar a alterar o quadro de exploração, pelas estritas vias do mercado, motivo porque o objectivo perseguido continua a ser o de garantir a manutenção das actividades até a adopção de medidas, já referidas em outras ocasiões, como seja a privatização ou a reestruturação.

É nesse contexto que se desenvolveu a exploração no decurso do exercício de 2007, com a particularidade de se ter verificado uma maior pressão externa sobre a empresa, que conseguiu manter a credibilidade, dado o respeito e a seriedade como a gestão é feita.

Essa observação não minimiza a afirmação feita no relatório do ano anterior e que a seguir se reproduz: "as variações desfavoráveis acumuladas, têm um efeito cumulativo grave nas contas e dão um sinal preocupante sobre o relacionamento futuro com os fornecedores, particularmente no que diz respeito às facilidades habitualmente concedidas".

As vendas em 2007 cresceram 14%, ao se situarem nos 230.970 contos. Esse acréscimo que em valores absolutos foi de 29.155 contos, representa uma boa evolução, porém está aquém dos valores necessários, atendendo à estrutura de custos existentes. É um facto de que a evolução ocorrida encontra-se dentro das margens de flutuação, passíveis de se verificarem no mercado em referência.

Os custos globais situaram-se nos 278.571 contos, mais 1% que o ano anterior, enquanto que os resultados líquidos ficaram pelos 55.252 contos negativos, que representam uma recuperação de 26%.

Por se ter adoptado o mesmo princípio relativamente a valores que não constaram dos balanços anteriores, e por serem relevantes reproduz-se a seguir o que constou do relatório do exercício anterior: "Mantém-se o princípio de não registar no balanço, valores reclamados pelo Tesouro, e valores que poderão vir a ser reclamados quer pelo Tesouro como pelo INPS no montante global mínimo de 115.569.886$50, cuja

decomposição consta do ponto 15 do anexo ao balanço e à demonstração de resultados. Conforme referido nos relatórios anteriores a opção de não efectuar o registo, é suportada por uma contestação formal, dirigida ao Ministro de Finanças, na parte que diz respeito ao valor efectivamente debitado (69.977.483$00), enquanto que para a parte restante julga-se que nunca virá a ser formalmente reclamada, por aquelas instituições".

Propomos que o resultado líquido apurado, transite para o ano seguinte, o qual acrescido dos resultados transitados, perfaz o total de 897.738.257$50 negativos.

2. Actividade Comercial

O desenvolvimento da actividade comercial resultou num volume de negócios no valor de 224.570 contos, correspondendo a um crescimento de 8%, que em termos absolutos representa 17.197 contos. Esse crescimento ficou repartido quase que a 50% entre as reparações de navios e as obras terrestres.

Foram reparados 78 navios, dos quais 54 representam reparações em seco e 24 a flutuar. No ano anterior tinham sido reparados 75 navios, com a distribuição anterior repartida em 49 e 26 navios respectivamente. Tal estatística revela um aumento de reparação global de apenas 3 navios, sendo de concluir que a melhoria de facturação, na parte que diz respeito à reparação naval, ficou a dever-se a mais 5 navios reparados em seco e a um relativo maior volume de trabalhos por navio.

As reparações por tipo de navios estão distribuídas em 36, 19 e 23, conforme sejam de pesca, cargueiros e outros, respectivamente. Continuou a pesar na estatística de reparações alguma autocontenção imposta por um cliente estrangeiro, armador de pesca, que nos dois últimos anos tem reduzido o volume de reparações, por dificuldades próprias.

O mercado nacional de reparação naval conseguiu a preponderância sobre o mercado estrangeiro, pelo segundo ano consecutivo, pelo menos desde há 9 anos, ao conseguir 64.3% contra 27.8% do global da reparação. No ano anterior esses indicadores situaram-se em 54.7% e 40.4% respectivamente.

Os dados referidos confirmam a previsão feita no ano anterior quanto ao crescimento da importância do mercado nacional, que contudo ainda não representa um dado adquirido, nomeadamente porque os respectivos armadores não apresentam uma situação consolidada e a frota continua com um reduzido número de navios.

Representativo da importância relativa dos clientes nacionais e estrangeiros durante o ano de 2007, é a constatação de que nos 10 primeiros clientes mais importantes, em termos de valor facturado, os estrangeiros ocupam o terceiro e o nono lugares.

Tem-se mantido a política de contactos directos com os clientes. O acompanhamento feito permite concluir da manutenção e eventual agravamento das dificuldades dos armadores de pesca, pelo que mantém-se atentos a novas oportunidades que possam surgir com a eventual deslocalização das companhias de pesca, para além da observação de outras realidades como é o caso de Marrocos.

Conforme referido no início deste capítulo, o crescimento da facturação no mercado das obras terrestres foi satisfatório, na ordem dos 83%. Os resultados alcançados mostram a necessidade de se continuar a dar mais importância a esse mercado, em termos de política comercial.

3. Actividade Produtiva

Em 2007 foram trabalhadas 136.048 horas homem (hh) para a reparação naval e 16.823 hh para as obras terrestres, o que perfaz um total de horas vendidas de 152.871 hh, representando um acréscimo de 5% relativamente ao ano anterior. Por outro lado as horas trabalhadas com destino aos centros de custos foram de 83.661, mais 6% que o ano anterior.

Das hh destinadas à venda, o pessoal interno trabalhou 77.586 hh, enquanto os sazonais trabalharam 75.285, menos 5% e mais 16% que em 2006, respectivamente. Globalmente foram trabalhadas 237.744 hh, mais 5% que 2006.

O nível do desemprego que se situou em 42.801 hh, continua muito elevado, não obstante a redução relativamente ao período anterior de 6%. Essa redução é meramente ocasional e pode estar relacionada com a redução verificada no efectivo.

As insuficiências apontadas em outras ocasiões continuam actuais, como sejam as limitações em se conseguir uma maior e necessária intervenção no domínio da manutenção e renovação de alguns equipamentos e ferramentas.

A nível do pessoal afecto à produção também se mantêm as preocupações em matéria de falta de polivalência e de redução de capacidades em decorrência de doenças profissionais e algum envelhecimento.

4. Recursos Humanos

O quadro de exploração da empresa e as expectativas quanto ao futuro próximo da mesma, criadas no âmbito do já longo processo de privatização, têm sido factores determinantes e limitativos da gestão dos recursos humanos.

Apesar desse quadro limitativo, considera-se que os resultados obtidos em termos de estabilidade laboral são bons. Porém não se pode ignorar o risco de esgotamento do esforço que tem sido dispendido pela gestão e da compreensão encontrada junto do pessoal, caso se mantenha o arrastamento do processo acima referido.

No final do ano o quadro de pessoal contava com 138 empregados, menos 6 que no fim de 2006, dos quais 112 detentores de contrato sem prazo e 26 com contratos a prazo. A distribuição por sexo era de 127 masculinos e 11 femininos.

A composição etária por escalões até 30 anos de 31 a 40 anos, 41 a 50 anos e superior a 50 anos, era no final do ano de 4, 13, 97, e 24 pessoas respectivamente. Tal estatística é demonstrativa do envelhecimento do pessoal, que no período anterior tinha o seguinte efectivo, para os mesmos escalões: 5, 18, 104 e 15.

O recurso a trabalhadores sazonais continua sendo um recurso fundamental para a exploração do estaleiro, que teve o seu pico de utilização no mês de Janeiro com 86 trabalhadores. Esse recurso requer um reforço da atenção quanto à sua capacitação técnica e da sua melhor utilização.

Em Abril foi concluído um curso de nível C para montadores/soldadores e em Setembro um curso de nível idêntico para serralheiros mecânicos, tendo este último contado com um co-financiamento do IEFP. Foi ainda apresentado um projecto de um outro curso para montadores e soldadores para ser co-financiado pelo mesmo instituto.

Ainda a nível de formação, regista-se o aproveitamento de alguns cursos de reciclagem feitos no exterior, como sejam de operadores de equipamento e de lubrificação.

5. Situação Económica e Financeira

O quadro das contas mantém-se sensivelmente idêntico ao de 2006, dada a manutenção de todas as condições básicas de exploração, nomeadamente as características do mercado, os níveis de custos e de um modo geral, a própria conjuntura.

Mais uma vez o fundo de maneio voltou a agravar-se, desta feita em 40.397 contos, tendo-se situado nos 123.769 contos negativos. No decurso do exercício, o agravamento dos débitos ao sector público foi de 25.675 contos, aos fornecedores foi de 3.257 contos, enquanto que nas existências verificou-se uma redução de 18.650 contos, dos quais 9.024 contos nos trabalhos em curso e 9.626 contos no stock de materiais.

Em consequência das evoluções referidas, a liquidez geral passou de 0,63 para 0,52, a liquidez reduzida passou de 0,21 para 0,22 e a liquidez imediata permaneceu como no ano anterior nos 0,4.

O quadro descrito confirma a delicadíssima situação que caracteriza a tesouraria da empresa, que como tem sido referido, só pode ser alterada com medidas profundas, susceptíveis de produzirem mudanças na própria estrutura.

A estrutura financeira continua desequilibrada, com a parte mais expressiva dos capitais alheios constituída por dívida aos bancos, já longamente vencida, enquanto o capital próprio esgotado há muito tempo, situa-se em 659.680 contos negativos. Naturalmente que com esse quadro, fica sem sentido analisar certos indicadores como a autonomia financeira, a solvabilidade e a capacidade de endividamento, uma vez que só confirmam a necessidade de intervenção na perspectiva de reestruturação da empresa.

O desenvolvimento da actividade económica processou-se com as dificuldades de tesouraria já evidenciadas, que impõem sérias limitações à operacionalidade, para além de obrigarem a adopção de políticas restritivas, bem visíveis nas curtíssimas variações verificadas a nível dos custos dos últimos exercícios económicos.

Com os custos globais do exercício no montante de 278.551 contos e as vendas no valor de 230.970 contos, produziu-se um resultado líquido de 55.252 contos negativos.

Enquanto que em 2006 esses valores foram de 275.866 contos, 201.815 contos e 74.928 contos negativos.

Mindelo, 05 de Junho de 2007

O Conselho de Administração

Baltazar dos Santos Ramos

Lucas Evangelista Santos

Rui Manuel de Oliveira Vera Cruz